



---

**DECRETO Nº.: 087, DE 16 DE MARÇO DE 2020**

“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, e dá outras providências.”

**A PREFEITA MUNICIPAL DE IPAMERI/GO**, no uso das atribuições legais, que lhe confere as Constituições de República, a Carta Magna Estadual, e bem assim a Lei Orgânica do Município de Ipameri, com vistas a resguardar o interesse predominante e superior da Administração Municipal;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** que o Município de Ipameri já elaborou estratégias de capacitação, controle e prevenção à disseminação do novo Coronavírus, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Ipameri;

**CONSIDERANDO** a publicação do Decreto Estadual de nº.: 9.633, de 13 de março de 2020, dispondo sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV);

**CONSIDERANDO**, ainda, o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus, no âmbito do Município de Ipameri, ficam definidas nos termos deste Decreto.

**Art. 2º** - Ficam suspensos, no âmbito do Município de Ipameri, pelo prazo de 15 (quinze) dias:

- I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a 100 (cem) pessoas;
- II – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada;
- III – campeonatos municipais de desporto, inclusive os amadores, em qualquer modalidade;



IV – atividades compreendidas pelo programa Arte na Praça, inclusive a Feirinha Gastronômica;

V – demais atividades enquadradas no inciso I do presente artigo, a critério da autoridade sanitária do Município.

§ 1º - A suspensão das aulas na rede de ensino pública do Município de Ipameri, de que trata o inciso II, terá início a partir do dia 17 de março de 2020, nos termos deste Decreto.

§ 2º - As unidades escolares da rede privada de ensino do Município de Ipameri serão abrangidas pela suspensão de que trata este Decreto.

§ 3º - Os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, após o retorno das aulas.

**Art. 3º** - Os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de dois metros entre elas.

**Parágrafo único** - Nos eventos abertos recomenda-se a distância mínima de um metro entre as pessoas.

**Art. 4º** - Os eventos esportivos no Município de Ipameri somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, mediante autorização sanitária expedida pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Município de Ipameri e Termo de Compromisso assinado pelos organizadores.

**Art. 5º** - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36, da Lei Federal nº.: 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º, do Decreto Federal nº.: 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

**Art. 6º** - Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o Município de Ipameri que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) ou que tenha retornado de viagem internacional, nos últimos dez dias, deverá permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata.

**Art. 7º** - As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

**Art. 8º** - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IPAMERI**, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2020.

**DANIELA VAZ CARNEIRO**  
**PREFEITA MUNICIPAL**